

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

Aos 23 dias do mês de março de 2016, pelas 9 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas;**
2. **Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
 - Proposta de Lei n.º 15/XIII/1.ª (GOV) - *Procede à 41.ª alteração ao Código Penal e transpõe a Diretiva n.º 2014/62/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativa à proteção penal do euro e de outras moedas contra a contrafação e que substitui o Decisão-Quadro 2000/383/JAI do Conselho* - Relatora: Deputada Andreia Neto (PSD);
 - Projeto de Lei n.º 136/XIII/1.ª (PCP) - *Segunda alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de Junho (Iniciativa Legislativa de Cidadãos)* - Relator: Deputado José Silvano (PSD);
3. **Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 24/XIII/1.ª - "Simplificação das Iniciativas Legislativas de Cidadãos e das Iniciativas de Referendo" - Relator: Deputado José Silvano (PSD);**
4. **Admissão e distribuição de Petições, designadamente:**
 - Petição n.º 59/XIII/1.ª - *Solicita a alteração da legislação no sentido de os seguranças privados passarem a ter direito de uso e porte de arma nos mesmos termos que as Forças de Segurança;*
 - Petição n.º 60/XIII/1.ª - *Solicita a aprovação de alterações legislativas em defesa do superior interesse das crianças vítimas do crime de subtração de menores;*
 - Petição n.º 64/XIII/1.ª - *Solicita a aprovação de uma lei interpretativa da norma constante do n.º 1 do artigo 132.º ("Comunicações telefónicas") do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais, aprovado pelo DL n.º 51/2011, de 11 de abril;*
 - Petição n.º 72/XIII/1.ª - *Solicita a alteração do artigo 738.º do Código do Processo Civil e do artigo 3.º do Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS) no sentido de ser expressamente vedada a possibilidade de penhora da totalidade dos rendimentos profissionais dos trabalhadores por conta própria;*
 - Petição n.º 77/XIII/1.ª - *Solicita que seja promovida a fiscalização da constitucionalidade dos artigos 15.º e 17.º da Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais;*
5. **Votação do requerimento apresentado pelo GP do PCP para audição do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa;**
6. **Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;**
7. **Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Bacelar de Vasconcelos, e não havendo iniciativas legislativas para distribuir, procedeu-se à apreciação do parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 15/XIII/1.ª \(GOV\)](#) *"Procede à 41.ª alteração ao Código Penal e transpõe a Diretiva n.º 2014/62/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativa à proteção penal do euro e de outras moedas contra a contrafação e que substitui o Decisão-Quadro*



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

2000/383/JAI do Conselho”, que foi apresentado pela respetiva Relatora, Senhora Deputada Andreia Neto (PSD), após o que as partes I e III do parecer foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.

O Senhor Deputado José Silvano (PSD) apresentou então o seu parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 136/XIII/1.ª](#) (PCP) - *Segunda alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de Junho (Iniciativa Legislativa de Cidadãos)* e o relatório final da [Petição n.º 24/XIII/1.ª](#) - *"Simplificação das Iniciativas Legislativas de Cidadãos e das Iniciativas de Referendo"*, subscrita por Ivo Miguel Barroso Pêgo e José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro (num total de 4181 cidadãos), de que também era relator e cujo objeto era conexo com o daquela iniciativa legislativa.

Interveio no debate que se seguiu o Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD), que explicou que acompanhara a elaboração da legislação originária (Lei n.º 17/2003, de 4 de junho) e que o critério então definido fora o da média do número de eleitores necessário para eleger cada Deputado à Assembleia da República (25.000 a 30.000), critério que se mantinha aritmeticamente válido, a par do relativo ao Direito Comparado, que apontava para que Portugal fosse dos ordenamentos jurídicos que estabeleciam um número de assinaturas mais reduzido como exigível para a apresentação de tais iniciativas. Invocou também a natureza representativa do sistema político português, que cometia aos Deputados o direito de iniciativa legislativa, muito embora pudesse e devesse ser complementado com mecanismos de democracia direta. Intervieram ainda os Senhores Deputados António Filipe (PCP) - que explicou que a comparação com outros ordenamentos (de que era exemplo a Espanha) não demonstrava que o ordenamento Português fosse menos exigente e que a comparação com os requisitos do exercício do direito de petição evidenciavam que este último permitia atingir o mesmo efeito sem a responsabilização que o direito de iniciativa cidadã pressupunha e com manifesto desfavor para este, o qual, de resto, não configurava um mecanismo de democracia direta, mas apenas de propositura e, portanto, não desfigurava o domínio puro da democracia representativa, mas apenas o tingia de um laivo de democracia direta - e Vânia Dias da Silva (PSD), que recordou que eram realidades distintas a simplificação das questões burocráticas a que aludia a petição e a redução do número de assinaturas preconizada pela iniciativa.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

As partes I e III do parecer sobre a iniciativa e o relatório final da petição foram então aprovados por unanimidade, na ausência do PEV.

Em seguida foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV, as notas de admissibilidade das seguintes petições:

- [Petição n.º 59/XIII/1.ª](#) - Solicita a alteração da legislação no sentido de os seguranças privados passarem a ter direito de uso e porte de arma nos mesmos termos que as Forças de Segurança – que foi admitida, tendo sido nomeada sua Relatora a Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (PSD);

- [Petição n.º 60/XIII/1.ª](#) - Solicita a aprovação de alterações legislativas em defesa do superior interesse das crianças vítimas do crime de subtração de menores - que foi admitida, tendo sido nomeada sua Relatora a Senhora Deputada Susana Amador (PS);

- [Petição n.º 64/XIII/1.ª](#) - Solicita a aprovação de uma lei interpretativa da norma constante do n.º 1 do artigo 132.º ("Comunicações telefónicas") do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais, aprovado pelo DL n.º 51/2011, de 11 de abril – que foi indeferida liminarmente;

- [Petição n.º 72/XIII/1.ª](#) - Solicita a alteração do artigo 738.º do Código do Processo Civil e do artigo 3.º do Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS) no sentido de ser expressamente vedada a possibilidade de penhora da totalidade dos rendimentos profissionais dos trabalhadores por conta própria - que foi admitida, tendo sido nomeada sua Relatora a Senhora Deputada Francisca Parreira (PS);

- [Petição n.º 77/XIII/1.ª](#) - Solicita que seja promovida a fiscalização da constitucionalidade dos artigos 5.º e 17.º da Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais - que foi admitida, tendo sido nomeada sua Relatora a Senhora Deputada Andreia Neto (PSD).

No quinto ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Deputado António Filipe (PCP) recordou que ficara sustida a votação do seu requerimento para audição do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, em benefício da audição prévia do Conselho de Fiscalização do SIRP (CFSIRP), que entretanto decorrera. Explicou que se reservara o direito de retomar o requerimento para

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

votação, se não se considerasse satisfeito com os esclarecimentos decorrentes daquela audição, pelo que vinha agora retomá-lo.

O Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) assinalou que, depois de ouvido o interlocutor direto em matéria de serviços de informações - o Conselho de Fiscalização – a ponderação acerca do requerimento permitia concluir não terem sido confirmadas as declarações proferidas no âmbito da defesa de um arguido num processo criminal, correndo-se, ao invés, o risco de a aprovação do requerimento configurar uma interferência num processo judicial e de contribuir para uma perturbação desnecessária dos serviços de informações.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) explicou que, na perspetiva do seu Grupo Parlamentar, os esclarecimentos do Conselho de Fiscalização do SIRP tinham sido suficientes, pelo que não se justificava a audição requerida.

O Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE) opinou que a aprovação do requerimento corresponderia ao exercício da responsabilidade da CACDLG de ser uma instância de acompanhamento dos serviços de informações junto de interlocutores próprios, mas que não se esgotava nessa intermediação. Observou ainda que, diante do que vem sendo uma situação preocupante relativa ao funcionamento do SIRP e partilhando da consideração de que a audição do CFSIRP não permitira o esclarecimento cabal das dúvidas suscitadas, a audição do Secretário-Geral do SIRP faria todo o sentido, mais considerando inadequado confundir tal situação com a perturbação do funcionamento do SIRP.

Submetido a votação, o requerimento foi rejeitado com votos contra do PSD e do CDS/PP, a favor do BE e do PCP e a abstenção do CDS/PP.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 23 de março de 2016

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Bacelar de Vasconcelos)

Nota: Aprovada a 06-04-2016



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 34/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos
Andreia Neto
António Filipe
Bacelar de Vasconcelos
Carlos Abreu Amorim
Carlos Peixoto
Elza Pais
Fernando Anastácio
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
José Luís Ferreira
José Manuel Pureza
José Silvano
Luís Marques Guedes
Pedro Pimpão
Sandra Cunha
Vânia Dias da Silva
Francisca Parreira
Maria Germana Rocha
Sara Madruga da Costa
Susana Amador

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
António Gameiro
Hugo Lopes Soares
Isabel Alves Moreira
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Delgado Alves
Telmo Correia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: